



CEE SP - Clipping de Educação
19 de dezembro de 2018

Sumário

<i>Avaliações</i>	2
<i>Base Comum de Formação de Professores da Educação Básica</i>	2
<i>Base Nacional Comum Curricular (BNCC)</i>	4
<i>Conselho Estadual de Educação SP</i>	4
<i>Conselho Nacional de Educação - CNE</i>	5
<i>Diversos</i>	7
<i>Educação Brasileira, Qualidade</i>	7
<i>Educação Inclusiva</i>	7
<i>Educação Infantil</i>	8
<i>Educação no Mundo</i>	8
<i>Educação Superior</i>	8
<i>Ensino Médio</i>	10
<i>Ensino Público</i>	10
<i>Ensino Técnico, Tecnológico</i>	10
<i>Escola sem Partido</i>	11
<i>Eventos</i>	11
<i>Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)</i>	12
<i>Formação do Magistério, Exercício</i>	12
<i>Legislação Estadual</i>	13
<i>Legislação Federal</i>	14
<i>Pedagogia e Experiências, Tecnologias</i>	16
<i>Pesquisas, Estudos, Relatórios</i>	17
<i>Plano Nacional de Educação</i>	17
<i>Política, Projetos</i>	18
<i>Universidades Estaduais Paulistas</i>	18
<i>Universidades Públicas</i>	18

Avaliações

Arquivo Nacional autoriza eliminação de documentos sem valor produzidos pelo Inep

O Arquivo Nacional (AN) autorizou a eliminação de 3.748,68 metros lineares de documentos, em 15.719 caixas, relativos a Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) "Prova Brasil", do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do período de 2014 a 2015, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A autorização foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), nesta terça-feira, 11 de dezembro, e tem como objetivo trazer mais economia e otimizar o uso do espaço físico, diminuir custos operacionais, além de assegurar a manutenção e a preservação de conjuntos documentais relevantes.

Inep

Base Comum de Formação de Professores da Educação Básica

Proposta de novas normas para a formação do professor avança

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino oferecido aos estudantes ao mesmo tempo em que valoriza o professor, o Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), na última sexta-feira, 14, a proposta da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica. A entidade vai agora abrir o debate com as instituições formadoras, estados, municípios e escolas, para aperfeiçoar, complementar e, a partir da proposta, reformular as normativas para a formação de docentes no Brasil. Após esse trâmite, o documento será devolvido ao MEC para homologação.

MEC

O que diz a Base Nacional de Formação de Professores

Documento apresentado pelo governo Michel Temer é uma versão preliminar que ainda será analisada pelo Conselho Nacional da Educação, durante a gestão Bolsonaro

O Ministério da Educação apresentou na quinta-feira (13) uma proposta para reformular o processo de formação dos professores no país. A versão preliminar da Base Nacional Comum de Formação de Professores da educação básica ainda passará por uma análise do CNE (Conselho Nacional de Educação), órgão que assessora a pasta.

Com 65 páginas, o texto propõe uma série de mudanças para tornar os cursos de formação mais práticos e adequá-los à Base Nacional Comum Curricular, documento que determina quais habilidades e competências serão exigidas dos alunos das escolas públicas e privadas do país nos próximos anos.

Nexo Jornal

Entidades se manifestam sobre a Base Nacional Comum para Formação de Professores

“A apresentação de uma Base Nacional para Formação de Professores é a melhor forma de não enfrentar os problemas reais da educação brasileira. Vemos um monstro emergir da lagoa, mais um, que nos tomará tempo e ampliará a neblina em torno dos problemas da educação brasileira que, de fato, podem e devem ser enfrentados”, afirma nota assinada por algumas entidades, dentre elas, a Anped

Leia os textos

Nota sobre a Base Nacional Comum para Formação de Professores (Anped)

Manifesto ANFOPE em defesa da Formação de Professores (Anfope)

Jornal da Ciência

Base Nacional para formação do professor vai revisar cursos para conhecimento e valorização

A proposta será entregue hoje ao Conselho Nacional de Educação (CNE)

O Ministério da Educação apresentou a Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, nesta quinta-feira, 13, em Brasília. O documento é baseado em três eixos que vão nortear a formação inicial e continuada dos docentes de todo o país: conhecimento, prática e engajamento. O objetivo é melhorar a qualidade do ensino oferecido aos estudantes ao mesmo tempo em que valoriza o professor. A proposta será entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) nesta sexta-feira, 14.

MEC

MEC propõe prova como a da OAB para professores atuarem no ensino básico

Modelo faz parte de Base Nacional que a pasta enviará hoje ao Conselho de Educação

Após a aprovação das bases curriculares voltadas ao que os alunos devem aprender, o Ministério da Educação (MEC) decidiu propor uma Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. O documento prevê novas diretrizes para os profissionais, da formação inicial à evolução na carreira, na tentativa de alavancar a qualidade do ensino, e será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), que precisa aprovar o texto. Não há data para isso.

O Globo

CNE começa análise da nova BNCFP em janeiro

O presidente do CNE, Luiz Roberto Curi afirmou que o documento da Base Nacional Comum de Formação de Professores, encaminhado no dia de hoje pelo MEC ao CNE, será presidida por Maria Helena Guimarães Castro. Além disso, já está definido também o relator desta Comissão que será Mozart Neves Ramos, diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna. A primeira reunião ocorrerá em 20 de janeiro e o documento deverá estar concluído até o final de 2019.

Avaliação Educacional

MEC lança Base Comum de Formação de Professores da Educação Básica

Proposta inclui estágio probatório, formação continuada e progressão

A formação de professores deverá ser mais voltada para a prática e orientada por competências, conforme propostas incluídas na Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, apresentada hoje (13) pelo Ministério da Educação (MEC). A base deverá orientar a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país.

EBC

Vide também:

Base Nacional para formação do professor vai revisar cursos para conhecimento e valorização (MEC)

Governo Temer propõe base para formação de professores centrada na prática (Folha de S. Paulo)

Nova formação de professores prevê exame de aptidão para lecionar (O Estado de S. Paulo)

MEC inclui respeito a direitos humanos e diversidade na formação de docente (Uol)

MEC vai propor nova estrutura para curso de pedagogia (Porvir)

Melhorar a formação de professores exige política institucional das universidades, dizem especialistas (G1)

Nota da Anfope e Forumdir sobre a Base da Formação Manifesto em Defesa da Formação de Professores (Avaliação Educacional)

País terá que discutir valorização do professor, diz secretária do MEC

A declaração de Kátia Smole foi feita após da apresentação da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica

O Brasil terá que discutir valorização da carreira dos professores, segundo a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Kátia Smole. “Precisa ser bom ser professor em todos os sentidos”, afirmou a secretária a jornalistas após a apresentação da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica.

Agência Brasil

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

MEC homologa a Base Nacional Comum Curricular do ensino médio

Documento foi aprovado na semana passada pelo Conselho Nacional de Educação e servirá como base para que as escolas elaborem seus próprios currículos.

O ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou nesta sexta-feira (14) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da etapa do ensino médio, que define o conteúdo mínimo para estudantes de escolas públicas e privadas do Brasil. O documento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no início do mês.

G1

Vide também:

A publicação traz o texto aprovado pelo CNE que servirá de base para a elaboração dos currículos estaduais.(G1)

Etapa do ensino médio é homologada e Base Nacional Comum Curricular está completa

O documento soma-se às etapas da educação infantil e do ensino fundamental, homologadas em dezembro de 2017

O ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou nesta sexta-feira, 14, a etapa do ensino médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, a BNCC da Educação Básica está completa, com a definição dos conteúdos que todos os alunos têm o direito de aprender no decorrer do percurso escolar. “O Brasil está definindo pela primeira vez onde cada aluno precisa chegar em cada um dos anos do ensino médio”, comemorou o ministro. “O que vem agora é uma etapa muito importante de discussão com as escolas, pais e professores, para construção dos currículos.”

Acesse o portal do Novo Ensino Médio

MEC

Referencial Curricular Gaúcho é homologado e começa a ser implementado em 2019 nas escolas

Depois de contar com a contribuição de mais de 120 mil educadores das redes pública e privada, o Referencial Curricular Gaúcho (RCG) foi homologado na manhã desta quarta-feira (12) pelo Conselho Estadual de Educação (Ceed) e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). Elaborado em conjunto com a Secretaria Estadual da Educação (Seduc), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e o Sindicato do Ensino Privado no Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), o documento será a base dos currículos das escolas gaúchas no ano que vem.

Zero Hora

Conselho Estadual de Educação SP

Decretos de 17-12-2018

Nomeando, com fundamento nos arts. 5º e 6º da Lei 10.403-71, os adiante indicados para integrarem, como membros, o Conselho Estadual de Educação, na qualidade de titulares, para

um mandato de 3 anos: Denys Munhoz Marciglia, RG 27.115.112; Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti, RG 23.889.329-7; Mauro de Salles Aguiar, RG 4.864.783-4; Teresa Roserley Neubauer da Silva, RG 3.410.708, em complementação ao mandato de Priscilla Maria Bonini Ribeiro, RG 22.596.796; na qualidade de suplente, para um mandato de 2 anos: Polyana Gama, RG 27.078.500-0.

DOE de 18/12/2018, Seção I, p.9

DOE de 19/12/2018, Seção I, p.5 (retificação do nome da Conselheira Pollyana Fatima Gama Santos)

Apostila do Secretário do Governo, de 18-12-2018

No **decreto publicado em 18-12-2018**, em que é interessado o Conselho Estadual de Educação, relativo a nomeação de membros para integrarem o Conselho Estadual de Educação, na parte referente a suplente Polyana Gama, RG 27.078.500-0, para declarar que seu nome correto é Pollyana Fatima Gama Santos.

DOE de 19/12/2018, Seção I, p.5

Comunicado CEE

Deliberação CEE 164/2018

Acrescenta dispositivos na **Deliberação CEE 142/2016** que dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior e cursos superiores de graduação vinculados ao Sistema Estadual de Ensino de São Paulo. Dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior e cursos superiores de graduação vinculados ao Sistema Estadual de Ensino de São Paulo.

DOE de 18/12/2018, Seção I, p. 50 (homologação)

DOE de 19/12/2018, Seção I, p. 51 – 54 (íntegra)

Conselho Nacional de Educação - CNE

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018

Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da **Lei nº 13.005/2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

DOU de 19/12/2018, Seção I, p. 49 - 50

Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

Revoga a **Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004**, a **Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007**.

DOU de 19/12/2018, Seção I, p. 48 - 49

Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

Revogada a **Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004**, a **Resolução CNE/ CES nº 3, de 14 de julho de 2017**.

DOU de 18/12/2018, Seção I, p. 122

DOU de 19/12/2018, Seção I, p. 47 (república por conter incorreções)

Resolução CNE nº 4, de 17 de dezembro de 2018

Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na **Resolução CNE/CP nº 2/2017**, fundamentada no **Parecer CNE/CP nº 15/2017**
DOU de 18/12/2018, Seção I, p.120 - 122

Parecer CNE/CP nº 15/2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018

Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

CNE/CP

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 33 (homologado pela Portaria MEC 1.348/2018)

Parecer CNE/CES nº 640/2018, aprovado em 4 de outubro de 2018

Consulta acerca da aplicabilidade da data limite estabelecida pela **Resolução CNE/CES nº 2/2005** para o reconhecimento dos diplomas de mestrado oferecidos no Brasil até o exercício de 2003 pelo Instituto Superior para a Educação Técnica e Profissional “Héctor Alfredo Pineda Zaldivar” de Cuba.

CNE/CES

Parecer CNE/CES nº 643/2018, aprovado em 4 de outubro de 2018

Consulta à Câmara de Educação Superior (CES) acerca do **Projeto de Lei nº 9.308/2017**, de autoria do Deputado Federal Jorginho Mello, que altera dispositivos da **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961** (Conselho Nacional de Educação) e da **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB) e dá outras providências.

CNE/CES

Parecer CNE/CES nº 644/2018, aprovado em 4 de outubro de 2018

Consulta sobre alteração do **Parecer CNE/CES nº 128/2018**, que trata do credenciamento em caráter provisório para oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

CNE/CES

Parecer CNE/CES nº 608/2018, aprovado em 3 de outubro de 2018

Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira.

CNE/CES

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 34 (homologação pela Portaria MEC 1.350/2018)

Parecer CNE/CES nº 584/2018, aprovado em 3 de outubro de 2018

Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física.

CNE/CES

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 33 (homologado pela Portaria MEC 1.349/2018)

CCJ aprova participação de universidade comunitária em Conselho de Educação

A proposta tramita em caráter conclusivo, está aprovada pela Câmara dos Deputados e deve seguir para o Senado, a menos que haja recurso para análise do Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 9308/17, do deputado Jorginho Mello (PR-SC), que pretende tornar obrigatória a participação de representantes de universidades comunitárias na Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Íntegra da proposta:PL-9308/2017

Agência Câmara de Notícias

Diversos

Plano de Modernização da Plataforma Lattes é anunciado

Plano deve ser implantado em 2019

Durante a última Reunião Ordinária da Comissão de Gestão da Plataforma Lattes – COMLATTES, dia 07 de dezembro, foram apresentados pontos sugeridos para o Plano de Modernização da Plataforma, a ser implantado em 2019. O encontro foi o primeiro após reformulação ocorrida este ano.

Desde sua reformulação, a COMLATTES foi reestruturada para ter um papel mais propositivo e alinhado com as necessidades de melhoria da Plataforma e não apenas avaliar denúncias de mau preenchimento dos currículos, como originalmente, o que foi entendido como mais aderente ao escopo da Comissão de Integridade na Atividade Científica.

CNPq

O que é o sistema S, de Sesc e Sesi, e por que sua verba causa polêmica

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que deverá "meter a faca" no Sistema S durante almoço com empresários e políticos na sede da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) na última segunda-feira (17). O sistema inclui entidades como Sesc, Sesi e Senai. O argumento é que a entidade deverá se adequar à lógica de corte de custos do próximo governo.

UOL

Educação Brasileira, Qualidade

Promover justiça social é garantir mais Educação a quem mais precisa

As respostas do poder público à desigualdade na Educação precisam se pautar pela busca da equidade – ou seja, dar mais a quem mais precisa

Os dados sociais brasileiros apontam para inúmeras desigualdades. No caso da Educação, infelizmente, a situação se repete: segmentos diferentes da população têm oportunidades bastante desiguais de formação. Esse direito impacta diretamente na cidadania e nas possibilidades de inserção profissional, e as desigualdades educacionais são, a um só tempo, causa e consequência dos abismos sociais do País.

Apesar de alguns avanços com as recentes políticas de cotas sociais e raciais, as disparidades no ensino ainda são alarmantes.

O Estado de S. Paulo

Educação Inclusiva

Alesp aprova criação de cursos profissionalizantes para recuperação de menores infratores

Os deputados estaduais aprovaram na quarta-feira (12/12) proposta que cria o Programa Menor Recuperado cuja finalidade é ensinar uma profissão aos jovens da Fundação Casa oferecendo aulas de funilaria, tapeçaria, elétrica automotiva e auxiliar de mecânica.

DOE PL de 15/12/2018, p.1

Pela primeira vez, Unesp expulsa cotistas após constatar que não eram negros

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) vai desligar 27 estudantes que tinham se autodeclarado pardos e pretos e conquistado vagas pelo sistema de cotas. É a primeira vez que a instituição toma esse tipo de medida. Os alunos serão proibidos de realizar nova matrícula na Unesp nos próximos cinco anos.

O Estado de S. Paulo

Educação Infantil

MEC inclui luta por democracia em novos parâmetros para educação infantil

Em meio à atual onda conservadora no país, o Ministério da Educação (MEC) atualizou os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil e incluiu, entre eles, o respeito a valores democráticos. Na versão anterior desse documento, que data de 2006, não havia sequer menção a democracia ou a valores democráticos.

O Globo

Vide também:

Documento renova os parâmetros de qualidade para a educação infantil e estabelece diretrizes (MEC)

Educação no Mundo

A tecnológica Coreia do Sul

O governo sul-coreano investe muito em educação, considerada essencial para o desenvolvimento da população e do país. A Coreia do Sul foi o primeiro país do mundo a implementar internet banda larga em todas as escolas de ensino fundamental e médio. Além disso, também foi responsável pelo desenvolvimento dos primeiros livros didáticos digitais distribuídos gratuitamente aos estudantes da rede pública.

O Estado de S. Paulo

Universidade do Japão admite fraude no vestibular para privilegiar filhos de ex-alunos

A Universidade Nihon, que fica em Tóquio, no Japão, admitiu nepotismo em seu processo seletivo para privilegiar filhos de ex-alunos em cursos de medicina. De acordo com o Japan Times, esta é a nona universidade japonesa acusada de manipular resultados nos exames de admissão.

G1

Educação Superior

CAE aprova inclusão de instituições públicas pagas no Prouni

Para o autor da proposta a iniciativa vai trazer benefícios para as instituições, que deixarão de pagar algumas contribuições sociais, e para estudantes, que não têm condições de pagar pelos cursos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de lei (PLS 394/2018) que permite a adesão de instituições públicas pagas ao Programa Universidade para Todos (Prouni). O autor, senador Airton Sandoval (MDB-SP), diz que a iniciativa vai trazer benefícios para as instituições, que deixarão de pagar algumas contribuições sociais, e para estudantes, que não têm condições de pagar pelos cursos.

Íntegra PLS 394/2018

[Agência Senado](#)

Primeira edição de 2019 do Sisu ofertará mais de 235 mil vagas

O processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), primeira edição de 2019, vai ofertar 235.476 vagas, em 129 instituições de todo o país. Já é possível consultar as vagas ofertadas. As inscrições serão feitas exclusivamente pela internet, por meio da página eletrônica do Sisu, no período de 22 de janeiro de 2019 até as 23h59 de 25 do mesmo mês, observando o horário oficial de Brasília.

Acesse a página do **Sisu**.

MEC**Conceitos dos cursos de graduação e instituições relativos a 2017 estão disponíveis para consulta**

Apenas 9,5% dos cursos de bacharelado e licenciaturas em ciências exatas e dos cursos superiores de tecnologia em controle e processos industriais, informação e comunicação, infraestrutura, produção industrial tiveram desempenho nas faixas 1 e 2, no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). Outros 38,3% ficaram acima, nas faixas 4 e 5, numa escala de 1 a 5. A maioria dos cursos brasileiros nessas áreas, 52%, estão na faixa 3.

Confira a apresentação da coletiva de imprensa

Acesse o conceito CPC 2017

Acesse o conceito IGC 2017

MEC**O equilíbrio de gênero na educação superior no mundo**

Países da África têm menor proporção de mulheres em relação a homens cursando essa etapa do ensino. Veja a relação desse dado com a taxa de matrículas delas

Nexo**Menos de 2% das universidades do país têm nota máxima em avaliação do Inep**

Apenas 34 instituições de ensino superior do país, entre 2.056 analisadas no ano de 2017, obtiveram conceito máximo no IGC (Índice Geral de Cursos), indicador que avalia a qualidade dos estabelecimentos que oferecem cursos de graduação e pós-graduação. A escala vai de 1 a 5. Desse número, 16 são públicas -- sendo 14 federais e duas estaduais - e 18 são privadas.

UOL

1,6% das instituições de ensino superior têm nota máxima em avaliação do MEC

De 2.066 universidades, faculdades e centros universitários que tiveram o Índice Geral de Cursos (IGC) divulgado nesta terça-feira, só 35 tiveram nota 5, e 278 ficaram com nota 1 ou 2, consideradas 'insuficientes'.

O Brasil tem mais de 2 mil instituições de ensino superior, mas só 35 (1,6%) delas conseguiram atingir o conceito máximo do Índice Geral de Cursos (IGC), segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (**Inep**) nesta terça-feira (18). Por outro lado, 278 faculdades ficaram com conceitos abaixo do limite de qualidade estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

Veja o ICG 2017

G1**Centro de Estudos da Câmara compara financiamento do ensino superior brasileiro com o de outros países e faz sugestões ao setor**

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara (Cedes) comparou o financiamento educacional em outros países em busca de alternativas para enfrentar a crise financeira que ameaça as universidades brasileiras. Encontrou experiências que podem servir de modelo para a formulação de políticas públicas para fortalecer a educação superior no Brasil. A conclusão do Cedes é que a participação estatal é imprescindível na redução das desigualdades brasileiras. Além disso, o Centro sugere mudanças na emenda constitucional que fixou teto para os gastos públicos para viabilizar as doações para os fundos patrimoniais e as parcerias das universidades com as empresas.

Câmara

Relatório do Centro de Estudos da Câmara analisa a queda do financiamento do ensino superior

O financiamento do Ensino Superior no Brasil está em xeque. Depois de um salto de 21 bilhões de investimentos em dez anos, o dinheiro destinado às universidades vem caindo. A TV Câmara teve acesso com exclusividade a um relatório do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) sobre o Financiamento da Educação Superior no Brasil. Veja qual é a situação em números, na primeira de uma série de três reportagens especiais sobre o tema.

Câmara

Ensino Médio

Portal tem ferramenta para sanar dúvidas da etapa Ensino Médio

Para sanar todas as dúvidas sobre como funcionará a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio e quais os principais pontos da nova diretriz que irá nortear a educação no Brasil, o Ministério da Educação disponibilizou uma página na internet com perguntas e respostas sobre o tema.

Nela, gestores da educação, professores, pais e alunos poderão ficar por dentro do documento que define os conteúdos que todos os alunos têm o direito de aprender no decorrer do percurso escolar. De forma simples e direta, o questionário tem o objetivo de ajudar que os interessados saibam tudo sobre a BNCC de forma rápida e objetiva, sem a necessidade de consultar diversas páginas na internet

Acesse o portal da BNCC do Ensino Médio

Acesse o questionário de perguntas e respostas da BNCC do Ensino Médio

MEC

Mais de 1 milhão de jovens não concluem o ensino médio até os 19 anos

Levantamento é do movimento Todos Pela Educação com dados da Pnad

Dos 3,2 milhões de brasileiros com 19 anos, 2 milhões concluíram o ensino médio, o que representa 63,5% do total, segundo levantamento do movimento Todos Pela Educação, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2012 a 2018 (Pnad-C) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do total que não concluiu o ensino médio, 62% não estão mais na escola e, desses jovens, 55% pararam de estudar no ensino fundamental.

Agência Brasil

Vide também:

Dois em cada três jovens sem diploma não estão na escola, aponta levantamento (O Globo)

Quase 4 em cada 10 jovens de 19 anos não concluíram o ensino médio, aponta levantamento (G1)

Ensino Público

Livro: “Tempos difíceis, mas não impossíveis”

Organizado por Nora Krawczyk, o livro **“Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis”** já está disponível.

Participam da edição: Celia Kerstenetzky, Dermeval Saviani, Reginaldo Moraes, David Beliner, Paulo Carrano, José Claudinei Lombardi, Renato Janine, Dirce Zan e Débora Mazza. Os textos foram debatidos durante Seminário Internacional realizado na Faculdade de Educação da UNICAMP em outubro de 2017 e agora estão reunidos em livro.

Acesse [aqui](#)

Avaliação Educacional

Ensino Técnico, Tecnológico

Alunos de cursos técnicos poderão receber auxílio financeiro

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a criação do programa Bolsa Permanência, que auxilia financeiramente o estudante de cursos técnicos das Faculdades de Tecnologia (Fatecs), das Escolas Técnicas (Etecs) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) que tenha baixa renda familiar, para evitar que o aluno deixe a escola.

DOE PL de 18/12/2018, p.1

IBM passa a investir em educação no Brasil

Projeto lançado pela empresa permite que alunos consigam os certificados do ensino médio e superior tecnológico em 5 anos

É o P-TECH, modelo educacional sustentado pela gigante do ramo tecnológico IBM, que permite ao estudante se formar no ensino médio, técnico e superior tecnológico em cinco anos. O projeto é uma parceria com o Centro Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo.

A iniciativa confirma a tendência mundial das grandes companhias de tecnologia que vêm investindo no ramo da educação.

Veja

Procura por curso de ensino superior na modalidade 'tecnológica' dobra em 10 anos

No período de 2007 a 2017, nível tecnológico registrou aumento de 119,4%. Veja cursos mais procurados.

O número de alunos que ingressaram em cursos de graduação tecnológica no Brasil cresceu 119,4% entre 2007 e 2017, de acordo com o Censo da Educação Superior. Foi a modalidade de educação superior que registrou o maior crescimento percentual no período.

G1

Análise de sistemas: o que faz e quanto ganha quem se forma no curso tecnológico mais procurado do Brasil

Carreira recebeu maior número de inscrições no Sisu 2018 entre os chamados 'cursos tecnológicos', que têm entre 2 e 3 anos de duração.

O curso superior de "análise e desenvolvimento de sistemas" é o mais procurado do Brasil entre as chamadas graduações tecnológicas - aquelas que têm período de formação menor, normalmente entre dois e três anos.

G1

Escola sem Partido

Existe Escola sem Partido em outros países? Conheça casos polêmicos

No último dia 23 de novembro, o Supremo Tribunal Federal divulgou um levantamento inédito a respeito da posição do judiciário sobre a liberdade de cátedra em seis países, mais a União Europeia. Realizado pela Coordenadoria de Análise e Jurisprudência do órgão, o estudo visa enriquecer os debates a respeito da proposta do Escola sem Partido. De fato, a polêmica que o Brasil está debatendo neste momento não é exclusiva.

Gazeta do Povo

Eventos

Participantes de seminário destacam desafios de implementação da educação em tempo integral

Em seminário realizado nesta quarta-feira (12) pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre a educação em tempo integral, participantes destacaram, como desafios para implementar o modelo, os custos para a melhoria da infraestrutura e para a formação de professores. A partir da boa experiência relatada no evento relativa ao ensino médio em Pernambuco, o deputado Alex Canziani (PTB-PR) apontou como essencial a "decisão política" de levar adiante o ensino integral.

Câmara

Conheça os professores brasileiros que concorrem ao “Nobel da Educação” de 2019

O Global Teacher Prize, maior premiação de Educação do mundo e conhecida como “Nobel da Educação”, divulgou a lista dos 50 finalistas da edição 2019. Na lista estão dois professores de escolas públicas brasileiras: Débora Garofalo, professora da EMEF Almirante Ary Parreiras, em São Paulo, e Jayse Antonio da Ferreira, da EREM Frei Orlando, em Itambé (PE). Esta é a primeira vez que uma mulher brasileira é finalista do Global Teacher Prize.

Nova Escola

Global Teacher Prize 2019 tem dois professores brasileiros entre os 50 finalistas

Dois professores brasileiros, Débora Garofalo, de São Paulo (SP), e Jayse Ferreira, de Itambé (PE), estão entre os 50 finalistas do prêmio Global Teacher Prize 2019, organizado pela ONG britânica Varkey Foundation. Em sua 5ª edição, o prêmio conhecido como “Nobel da Educação” garante ao vencedor US\$ 1 milhão. O nome do melhor professor do ano será anunciado no Fórum Global de Educação e Habilidades, em Dubai (Emirados Árabes Unidos), no dia 24 de março de 2019.

Porvir

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

Disponíveis Sinopses Estatísticas do Enem referentes aos anos de 2013 a 2016

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou nesta quarta-feira, 12 de dezembro, novos documentos trazendo as Sinopses Estatísticas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) referentes aos anos de 2013 a 2016. Os dados divulgados apresentam uma síntese das principais informações coletadas junto aos inscritos, por meio do Questionário Socioeconômico, e pela aplicação do Exame em si. Os documentos estão desagregados por regiões geográficas e unidades da federação, com intuito de apoiar estudos e pesquisas sobre a realidade brasileira, e dão continuidade ao histórico inédito da Sinopse e Estatísticas do Enem referente ao ano de 2017, divulgado pela primeira vez em 22 de novembro.

Inep

Formação do Magistério, Exercício

Professores não são inimigos, mas mestres dos alunos

No geral, os PLs tratam a professora e o professor como agentes de violação moral, militantes que precisam ser denunciados e controlados. Para isso, a insistência em colocar na sala de aula um cartaz advertindo os alunos sobre o que seus mestres não podem fazer ou dizer. A proposição inclui um novo princípio do ensino no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o princípio da precedência dos valores de ordem familiar “nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

Os opositores à proposta argumentam que o projeto fere a liberdade de aprender e ensinar e não estimula o pensamento crítico dos estudantes, além de colocar a atividade do magistério sob suspeita e instigar alunos contra professores.

Carta Educação

Legislação Estadual

Lei complementar nº 1.333, de 17 de dezembro de 2018 (

Dispõe sobre o sistema de Educação Profissional e Tecnológica do Estado, e dá outras providências

DOE de 18/12/2018, Seção I, p.1

Lei complementar nº 1.332, de 13 de dezembro de 2018

Altera a **Lei Complementar nº 804, de 21 de dezembro de 1995**, que institui o Prêmio de Incentivo à Qualidade

DOE de 14/12/2018, Seção I, p.1

Lei complementar nº 1.331, de 13 de dezembro de 2018

Altera a **Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009**, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual

DOE de 14/12/2018, Seção I, p.1

Decreto nº 63.936, de 17 de dezembro de 2018

Dispõe sobre a administração, operação e implantação progressiva do Sistema SPdoc e dá providências correlatas

DOE de 18/12/2018, Seção I, p.3 -4

Decreto nº 63.934, de 17 de dezembro de 2018

Da nova redação a dispositivos que especifica do **Decreto nº 62.294, de 6 de dezembro de 2016**, que autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado na celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial

DOE de 18/12/2018, Seção I, p.3

Decreto nº 63.933, de 17 de dezembro de 2018

Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado na celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, selecionadas por chamamento público ou previamente credenciadas pela Pasta e dá providências correlatas

DOE de 18/12/2018, Seção I, p.1 - 3

Decreto nº 63.916, de 13 de dezembro de 2018

Dá nova redação ao § 1º do artigo 1º do **Decreto nº 63.770, de 29 de outubro de 2018**

DOE de 14/12/2018, Seção I, p.3

Decreto nº 63.928, de 14 de dezembro de 2018

Dispõe sobre a criação de unidade escolar indígena na Secretaria da Educação e dá providências

DOE de 15/12/2018, Seção I, p. 01

Lei nº 16.870, de 14 de dezembro de 2018

Cria o Programa Educacional de Prevenção de Acidentes na Infância como atividade extracurricular obrigatória na rede estadual de ensino.

DOE PL de 15/12/2018, Seção I, p. 03

Resolução SE-79, de 13-12-2018

Cria Comissão Mista Especial, com vistas à revisão e à atualização das Normas Regimentais Básicas das Escolas Estaduais

DOE de 14/12/2018, Seção I, p. 47

Resolução SE 79, de 13-12-2018

Altera a **Resolução SE 57, de 25-10-2016**, que dispõe sobre o processo seletivo de credenciamento de profissionais do Quadro do Magistério, para atuação nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral - PEI, e dá providências correlatas

DOE de 14/12/2018, Seção I, p. 47

Autógrafo nº 32.411

Denomina “Ferrucio Humberto Gazzetta” a Escola Técnica Estadual de Nova Odessa – ETEC Nova Odessa, unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS

DOE PL de 15/12/2018, p.10

Autógrafo nº 32.408

Denomina “Professor Francisco de Moura” a Faculdade de Tecnologia de Jacareí – FATEC Jacareí, unidade de ensino superior tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS.

DOE PL de 15/12/2018, p.10

Autógrafo nº 32.403

Projeto de lei nº 507, de 2018

Institui o Programa Sala de Leitura nas escolas da rede pública do Estado.

DOE PL de 15/12/2018, p.10

Legislação Federal

Portaria MEC nº 1.359, de 18 de dezembro de 2018

Reconhece programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), recomendados pelo Conselho Técnico Científico - CTC-ES da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior na 169ª Reunião, realizada no período de 13 a 16 de dezembro de 2016.

DOU de 19/12/2018, Seção I, p. 46 - 47

Portaria MEC nº 1.358, de 18 de dezembro de 2018

Acrescenta o art. 2º-A ao anexo I da **Portaria MEC nº 950, de 14 de setembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2018, que institui a Rede de Evidências Educacionais, coordenada pelo Ministério da Educação.

DOU de 19/12/2018, Seção I, p. 46

Portaria MEC nº 1.355, de 17 de dezembro de 2018

Divulga o resultado final do 11º Prêmio Professores do Brasil.

DOU de 18/12/2018, Seção I, p. 117 - 119

Portaria MEC nº 1.351, de 14 de dezembro de 2018

Fica homologado o **Parecer CNE/CES nº 635/2018**, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 4 de outubro de 2018, que, junto ao Projeto de Resolução a ele Anexo, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito.

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 34

Portaria MEC nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018

Fica homologado o **Parecer CNE/CES nº 608/2018**, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 03 de outubro de 2018, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira.

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 34

Portaria MEC nº 1.349, de 14 de dezembro de 2018

Fica homologado o **Parecer CNE/CES nº 584/2018**, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 03 de outubro de 2018, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física. **DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 33**

Portaria MEC nº 1.348, de 14 de dezembro de 2018

Fica homologado o **Parecer CNE/CP nº 15/2018**, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 04 de dezembro de 2018, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Médio - BNCC-EM, em complementação ao disposto na **Resolução CNE/CP nº 2/2017**, que instituiu a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como apresentou o conjunto de orientações para toda a Educação Básica, explicitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser obrigatoriamente observados, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e as instituições e redes escolares, públicas e privadas, de Educação Básica.

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 33

Portaria INEP nº 1.074, de 17 de dezembro de 2018

Publica os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2017 (IGC 2017), conforme Anexo I, e os resultados do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2017 (CPC 2017), conforme Anexo II.

DOU de 18/12/2018, Seção I, p. 128 - 191

Resolução SES nº 48, de 28 de junho de 2018

Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Geral e do Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica no Brasil.

DOU de 14/12/2018, Seção I, p. 18 - 19

Portaria SEB nº 51, de 12 de dezembro de 2018

Grupo de Trabalho para propor ações e estratégias para a melhoria do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 36

Resolução FNDE nº 25, de 14 de dezembro de 2018

Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a utilização dos saldos financeiros nas contas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal transferidos no âmbito do Programa

Brasil Alfabetizado na manutenção de novas turmas de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos e altera a Resolução CD/FNDE nº 9, de 16 de dezembro de 2016.

DOU de 17/12/2018, Seção I, p. 34 - 36

Pedagogia e Experiências, Tecnologias

A arte, a educação e o corpo em movimento

Especialistas destacam a importância da adoção de atividades artísticas desde os primeiros anos da formação escolar

Parece impossível conceber um olhar sobre a história da arte sem que este caminho aponte também para a história do corpo. Em sua mais vasta fluidez ou mesmo na rigidez material que o limita, o corpo parece o espaço mais palpável onde a arte acontece, onde os sentidos são estimulados e percebidos, e a imensidão de um outro alguém, objeto ou espaço encontra possibilidade real de interação. Embora não haja uma única definição do que é ou de que maneira a arte irrompe, muito menos de quando sua existência toca ou coexiste com o que se convencionou chamar de corpo, o modo como os processos educacionais apresentam essa relação ainda é objeto de diversos questionamentos, tidos por especialistas como fundamentais para se compreender e se projetar caminhos possíveis para a educação.

[Jornal da Unicamp](#)

Revista traz discussões sobre como ensinar ciências nas escolas

Nova edição de “Estudos Avançados” reúne ensaios de especialistas no dossiê “Ensino de Ciências”

Aprofundar o conhecimento do ensino médio e do superior nas humanidades e nas ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas. Com essa meta, a revista Estudos Avançados – publicada pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP – acaba de lançar o dossiê Ensino de Ciências, em sua edição número 94. A questão sobre o que e como ensinar é respondida em diferentes textos de especialistas de diversas áreas das ciências. Segundo os editores, “o leitor escolherá, a seu critério, os artigos de seu interesse profissional e de sua curiosidade intelectual”.

Jornal da USP

Filosofia para aprender

Não há nada mais importante para que os jovens aprendam do que ajudá-los a fazer conexões entre a vida real e o que é ensinado em sala de aula. Por isso o aprendizado por projetos é grande tendência atual. Dessa forma, os alunos aprendem a partir da resolução de situações reais. No caso dos projetos, a partir de problemas cotidianos, surgem os questionamentos e, com eles, nas tentativas e nos erros, as soluções são criadas e as respostas aparecem.

O Estado de S. Paulo

Robótica: como construir protótipos usando baixos recursos

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a tecnologia se tornou uma competência de ensino, que deve atravessar todo o currículo e permear todas as áreas do conhecimento. Para isso, introduzir a escola dentro deste contexto torna-se essencial, principalmente porque o propósito das tecnologias é possibilitar interação, colaboração e personalização do ensino. O seu uso, como estratégia, vem crescendo nas escolas brasileiras, trazendo soluções inovadoras como o learning by doing, que é o aprender fazendo.

O cenário nos coloca o desafio de fazer do uso da tecnologia uma competência, possibilitar novos caminhos e novas práticas educacionais – incluindo a robótica de baixo custo.

Nova Escola

Pesquisas, Estudos, Relatórios

Conclusão no ensino fundamental estaciona abaixo da meta

Os dados são de um estudo feito pelo movimento Todos Pela Educação

O Brasil não está conseguindo ampliar a fatia de jovens que concluem o ensino fundamental apesar da redução da população em idade escolar, mostra um estudo do Movimento Todos Pela Educação. Em 2018, 75,8% dos jovens de 16 anos haviam concluído o ensino fundamental, taxa praticamente estável ante 2017 (75,9%) e ainda distante da meta de 95% que consta no Plano Nacional de Educação (PNE), prevista para ser atingida em 2022.

Valor Econômico

Mesmo com avanços, quase 40% não têm ensino médio completo aos 19 anos

Apesar de avanços contínuos nos últimos anos, quase 40% dos jovens brasileiros de 19 anos de idade (cerca de 1,1 milhão de pessoas) não têm o ensino médio completo, mostram dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) compilados pelo movimento Todos Pela Educação. O levantamento foi divulgado nesta terça-feira (18) como parte do monitoramento feito pela organização sobre a conclusão da educação básica na idade certa.

UOL

A educação física e digital

Esta pesquisa, realizada por Alan Queiroz da Costa na USP, investiga os efeitos e impactos do uso de plataformas digitais para práticas pedagógicas em São Paulo.

Nexo

As escolhas na educação podem determinar seu fracasso

Recentemente o Banco Mundial criou um novo índice para mensurar os retornos dos investimentos dos países em capital humano, o ICH. As conclusões deste estudo merecem atenção imediata de todos os brasileiros, pois traz resultados que devem deixar todos em estado de alerta.

Gazeta do Povo

Plano Nacional de Educação

Coletânea de experiências sobre o processo de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação

A Coletânea de Experiências sobre o Processo de Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação é parte de um esforço de ampliação e aprofundamento da produção técnica da Diretoria de Cooperação e Planos de Educação (Dicope), do Ministério da Educação (MEC), em conjunto com integrantes da rede de Assistência Técnica, da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), acerca do processo de monitoramento e avaliação dos planos subnacionais de educação pública, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Acesse o portal <http://pne.mec.gov.br> e conheça esse trabalho.

PNE MEC

Plano Nacional de Educação é celebrado com avanços

Comemorado nesta quarta-feira (12), o Dia do Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído em 2009. Desde a Constituição Federal de 1988, o governo federal passou a ter obrigação de planejar o ensino, com o objetivo de oferecer uma Educação de qualidade para toda população brasileira. A data é celebrada em 2018 com avanços.

Portal Brasil

Política, Projetos

Câmara aprova política para universalizar internet nas escolas

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (13), o Projeto de Lei 9165/17, do Poder Executivo, que cria a Política de Inovação Educação Conectada, com o objetivo de apoiar as escolas na obtenção de acesso à internet de banda larga e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. A matéria será enviada ao Senado. A criação de uma política para universalizar o acesso à internet nas escolas públicas para o uso pedagógico está prevista no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/14).

Essa política será executada em articulação com outros programas apoiados técnica ou financeiramente pelo governo federal e destinados à inovação e à tecnologia na educação.

Câmara

Universidades Estaduais Paulistas

Professores e funcionários debatem autonomia universitária na Alesp

Um debate com o tema As Universidades e a Construção das Liberdades Democráticas foi realizado por representantes de docentes e servidores das universidades paulistas, na quinta-feira (13/12), no auditório Paulo Kobayashi da Alesp. O Fórum das Seis representa esses grupos na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Centro Paula Souza.

DOE PL de 18/12/2018, p.2

Candidatos falam de suas expectativas sobre o primeiro vestibular indígena

No dia 2 de dezembro, a Comissão de Vestibulares da Unicamp (Comvest) aplicou a prova do primeiro Vestibular Indígena da Unicamp, em cinco cidades do país. A região onde a Comvest registrou a maior demanda de inscritos foi no Estado do Amazonas, em que a Unicamp realizou a prova em duas cidades. Acompanhe na reportagem, como foi a aplicação na cidade de maior população indígena do Brasil, São Gabriel da Cachoeira – que fica a 850 quilômetros da capital amazonense.

Jornal da Unicamp

Universidades Públicas

As cotas rebaixaram a qualidade das universidades federais?

No ambiente da universidade, assim como na sociedade, existe controvérsia a respeito da chamada Lei de Cotas, que reserva metade das vagas nas universidades federais para egressos do ensino médio público (com sub-cotas para negros e para pessoas de baixa renda e, mais recentemente, para pessoas com deficiência). Se, de um lado, a defesa das cotas se fundamenta em um argumento de redução de desigualdades sociais por meio do acesso dos grupos menos favorecidos ao ensino superior, do outro lado a crítica às cotas normalmente se apoia em um argumento que parece racional: ao recrutar pessoas com menor competência, a universidade irá formar profissionais menos capazes, causando prejuízo à sociedade. Dando voz a esse ponto de vista, em 2017 o coordenador de um curso de graduação da UFMG falou, durante uma cerimônia de formatura, que estava preocupado com a perda da qualidade do ensino na universidade. Ele exemplificou o problema dizendo: “eu jamais iria me consultar com um médico que tivesse ingressado no curso de medicina através de cotas”.

O Globo

*Centro de Documentação e Biblioteca
Prof. José Mário Pires Azanha*